



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INCLUSÃO DE PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN: VISÕES DE PROFESSORES DA REDE REGULAR E DE ESCOLAS ESPECIALIZADAS

Carla Santana Santos Souza*
(UESB)

Ana Cristina Santos Duarte**
(UESB)

Cláudia Ferreira da Silva Luz***
(UESB)

Danielle Britto Guimarães de Oliveira****
(UESB)

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo verificar de que forma a inclusão dos alunos portadores de Síndrome de Down vem sendo percebida e desenvolvida pelos professores da rede regular e especializada na perspectiva de contribuir para discussão em torno da questão da inclusão de tais alunos em classe regular. Trata-se de uma pesquisa descritiva envolvendo doze professores, dois da rede regular e cinco de cada uma das escolas especializadas de ensino: CEMAR e APAE. Foi verificado o quanto a Educação Inclusiva vem sendo encarada de forma incoerente e ineficaz, uma vez que vem sendo desenvolvida na escola regular por professores que não se sentem preparados e não dispõem de recursos adequados para tal educação.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Síndrome de Down, Aprendizagem.

* Graduada em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: carla.25ju@hotmail.com

** Doutora em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: tinaduarte2@gmail.com

*** Mestranda em Educação Científica e Formação de Professores – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia E-mail: cl.luz@hotmail.com

**** Mestranda em Educação Científica e Formação de Professores – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: dannybiologia@hotmail.com



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por uma história de práticas excludentes. Durante muito tempo, as escolas têm excluído alunos portadores de deficiência, privando-os do convívio com aqueles ditos normais. Considerando que a educação não é somente um veículo de transmissão de conhecimentos, mas um sistema que leva a uma reflexão crítica da realidade, dos valores herdados e dos novos valores propostos, vale ressaltar nesse aspecto, a importância de repensar a educação especial. Ela se encontra envolvida num contexto de valores estereotipados sendo atualmente apontada como alvo de discussões tanto na academia e na sociedade em geral, que trazem a inclusão como um novo paradigma da educação.

A inclusão representa um movimento de rupturas e inovações, que marcam respectivamente o fim da segregação e o início da integração social dos alunos com necessidades educativas especiais no âmbito das escolas regulares. Essa inclusão tem como função principal a preparação destes alunos e daqueles considerados normais para a vida em comunidade. O aluno com deficiência faz parte da sociedade e seu ingresso na escola regular será um grande passo para o reconhecimento de seus direitos como cidadão. E este é certamente um grande desafio a ser enfrentado pela escola.

Normalmente, a escola tem dificuldade para receber, aceitar e trabalhar com a diferença. Essa posição é justificada pela alegação que para promover a inclusão, os projetos escolares teriam que ser modificados e professores, por terem sido formados num sistema de educação altamente excludente não estariam qualificados para atuarem com competência junto a um público diversificado. Sendo a inclusão um movimento de ordem mundial, o objetivo deste trabalho foi verificar de que forma a inclusão de alunos com Síndrome de Down (SD) é percebida e desenvolvida em escolas regulares e especializadas.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O tratamento a diferença pela sociedade - À medida que determinados indivíduos se afastam, em virtude de seus atributos, da maioria dos seres com os quais são comparados, passam a ser considerados como uma espécie de negação da ordem social. As pessoas podem ter uma diferença, ou algum atributo que não esteja de acordo com o paradigma de normalidade sobre o qual a sociedade pauta suas relações; mas essas diferenças não ameaçam sua sobrevivência nem ameaçam a ordem estabelecida.

Entretanto, as pessoas que se destacam sensivelmente do que está sociavelmente estabelecido como normal são alvo de processos que resultam na criação de mecanismos de correção de suas diferenças. Sob o discurso de que essas características físicas, emocionais e mentais que exigem um tratamento diferenciado, eles são excluídos dos meios “normais” e “regulares” de ensino. Correia e Cabral (1997, p. 31) afirmam que “a história da sociedade tem sido marcada de práticas reguladoras face ao “diferente” e para as pessoas com necessidades educativas especiais não foi diferente.”

Essa história de regulação dispensada aos diferentes é marcada por quatro momentos distintos e indicam os sistemas possíveis de atendimento a esses sujeitos que são: exclusão total do mais fraco, no qual eram excluídos totalmente da sociedade e da família; o de segregação, as pessoas com alguma deficiência eram retiradas do convívio social e da família e colocadas em instituições filantrópicas; integração criou-se salas especiais dentro das escolas regulares; depois, os alunos “especiais” foram para as classes regulares, mas era mantido o atendimento especializado (CARVALHO, 1999); e por fim a inclusão que caracteriza o atendimento a crianças especiais.

Atualmente, fala-se muito de igualdade de oportunidades, de educação de qualidade para todos, de respeito à diversidade, entretanto, a inclusão é hoje um dos grandes desafios da escola. Ela deverá transformar as salas de aula do ensino



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

regular e as práticas profissionais em inclusivas para atender adequadamente todas as crianças. Segundo a resolução CEB 02/2001 no artigo 5º serão considerados portadores de necessidades especiais os alunos que durante o processo educacional apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. Já o art. 59 da Lei 9394/96, prevê que a escola deve organizar-se para atender esses alunos oferecendo-lhes uma terminalidade específica quando necessário.

A Síndrome de Down - Segundo Brunoni (1999), a SD é um atraso no desenvolvimento das funções motoras e mentais. Dentro das células do nosso corpo estão os cromossomos responsáveis pelas características de cada indivíduo e pelo funcionamento de cada órgão. Cada uma dessas células possui 46 cromossomos, dispostos em 23 pares. O 21º par apresenta-se alterado na SD. A criança que possui SD, não tem o par e sim um trio. Daí deriva-se outro nome a essa anomalia conhecida como trissomia do 21º par.

Schwartzman (2004) afirma que alguns fatores podem influenciar na incidência da SD, tendo como o mais importante a idade materna. Mulheres mais velhas apresentam riscos maiores de terem filhos trissômicos, devido ao envelhecimento dos óvulos. O diagnóstico pode ser feito por meio do exame de ultra-sonografia que revela alterações fenotípicas. Com o nascimento podem ser observadas características tais como: baixo peso, hipotonia, dificuldade para sugar, sustentar a cabeça e os membros, estatura baixa (PUECHEL, 1993).

A sociedade atribui aos portadores de SD certas características como: docilidade, amistosidade, afetividade, teimosia. Porém, estudos não confirmam comportamento e personalidade comuns entre elas, o que não permite traçar um perfil psicossocial do portador da SD. Fica claro que esses indivíduos, assim como os ditos “normais” apresentam diferenças em seu desenvolvimento, comportamento e personalidades.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A inclusão, a escola e a formação de professores - A sociedade inclusiva começou a ser desejada e construída a partir da década de 80, em várias partes do mundo. Todavia, na década de 90, as discussões no Brasil se intensificaram ganhando espaço na sociedade. Sasaki (1997, p.35) afirma que: “a educação inclusiva é uma proposta de tornar a educação acessível a todas as pessoas”.

Relatos de educação inclusiva apontam que as crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado. Ou seja, a diversidade é fator determinante para o enriquecimento das trocas que ocorrem entre os sujeitos. A educação, que historicamente, esteve a serviço da classe dominante, preocupada com a homogeneização, reproduzindo e reforçando a ideia de que o mundo foi feito para os ditos “mais aptos”, deve agora garantir os direitos à diferença e a igualdade de todos (STAINBACK, 1999).

Para que esse direito seja garantido, não basta colocar esses alunos em classes regulares. É necessário que lhes sejam proporcionadas experiências e apoio educacionais adequados. Nesse ponto as políticas públicas têm papel fundamental, pois devem priorizar o aperfeiçoamento dos professores, o melhoramento e adequação da estrutura física das escolas, facilitando o exercício docente que permita uma educação de qualidade para todos (SASSAK, 1997; CARVALHO, 1999; MANTOAN, 1999). Corroborando para essa perspectiva existe a Lei 9.394/96, art.58, que prevê, que os alunos portadores de necessidades educativas especiais devem ser atendidos por professores com especialização, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Os cursos de formação de professores têm papel fundamental na constituição de um profissional crítico capaz de aceitar, acolher e valorizar as diferenças na sala de aula. Para isso é necessário o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilitem uma ação educativa eficaz pautada



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

em uma perspectiva coerente. Trona-se, nesse contexto, indispensável às discussões referentes às políticas socioculturais para a educação especial, bem como, os resultados dessas políticas na prática social. Podemos destacar algumas medidas que são sugeridas, para contribuir significativamente na construção de uma escola inclusiva e de qualidade para todos.

No que se refere à escola: Conhecer [...] a história de vida, o relacionamento do aluno com necessidades [...] com a família e com o outro [...]; No que se refere ao professor na classe: refletir, [...] juntamente com os alunos, sobre atitudes discriminatórias e preconceitos de que são vítimas os deficientes; oferecer oportunidades para que os alunos deficientes testem e ampliem suas potencialidades; [...]; promover, sempre, atividades em grupo; [...]; ensinar e oferecer sempre situações que possam ser desenvolvidas pelo aluno deficiente usando os seus próprios meios ou com pequena ajuda proporcionando-lhe mais autonomia (DUARTE; PÊPE, 2003, p.123).

Outros autores como Schaffner e Buswell (1999) também sugerem elementos para a criação de uma educação inclusiva. Podemos destacar dentre eles: o desenvolvimento de uma filosofia comum, uma liderança forte, a promoção cultural à diversidade, o desenvolvimento de redes de apoio, o uso de processos deliberativos garantindo a responsabilidade do processo de mudança. Precisamos lembrar que todos nós somos diferentes e possuímos limites e possibilidades. Assim, as pessoas deficientes são também diferentes, mas dotadas de capacidades que nós precisamos conhecer.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva. Foi realizada em setembro de 2006 na escola regular, que recebem alunos com síndrome de Down e em escolas especializadas da cidade de Jequié, CEMAR (Centro Educacional Maria Rosa) e APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais).

Os sujeitos desta pesquisa foram selecionados conforme a disponibilidade de cada um. Selecionamos doze professores, sendo cinco de cada uma das instituições especializadas e dois professores da escola regular que trabalham com alunos com SD. Os sujeitos que concordaram em participar da pesquisa assinaram um termo de consentimento.

Optamos pela entrevista semi-estruturada sem uma sequência rígida de perguntas. Gil (1999) relata que a entrevista é mais adequada para a obtenção de dados sobre as percepções, mitos, crenças. Para facilitar a descrição da pesquisa, usaremos um código para identificar os entrevistados: Professor da rede regular: PR1; PR2. Professor da rede especializada: (CEMAR) PEC1; PEC2; PEC3; PEC4; PEC5. Professor da rede especializada: (APAE) PEA1; PEA2; PEA3; PEA4; PEA5.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos doze professores entrevistados, 9 possuem a formação em magistério e 3 (da escola especializada) curso superior, em letras e pedagogia. Os professores da rede especializada possuem até 5 anos de experiência, enquanto que as 2 professoras entrevistadas da rede regular possuem até 2 anos trabalhando em salas com crianças portadoras de SD. Verificamos que os professores da rede especializada, possuem mais habilidades para o trabalho com os portadores de SD



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

que os da classe regular. Essa constatação pode ser justificada pelo tempo de trabalho e pelos cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela instituição.

Os professores das escolas especializadas consideram que inclusão é colocar o aluno portador de deficiência na classe regular de ensino. Porém acrescentam a importância da matrícula em escola especializada. “A inclusão é importante para todos os alunos, mas estes alunos precisam estar matriculados na rede regular de ensino, e ao mesmo tempo na escola especializada, como apoio, pois a escola regular ainda não está preparada para ajudar na aprendizagem desses alunos” (PEC2).

Para Santos (2002), a inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades. O princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independentes das diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando a educação de qualidade a todos, através do currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos e parcerias.

Os professores da escola regular acreditam na inclusão, mas afirmam que o nosso sistema de ensino não está pronto para tal empreitada. “Sou a favor da inclusão. Porém, acredito que o ensino regular não está preparado para receber estes alunos, pois as salas têm um número grande de alunos e não temos recursos, falta material e falta especialização para os professores” (PR1).

Notamos, pela fala de uma professora, que trabalha nas duas redes de ensino, que os alunos matriculados na rede regular continuam sendo excluídos ficando entregues nas mãos de cuidadoras. “Na escola especializada estes alunos encontram tudo que é necessário para sua aprendizagem, já na escola regular, o que tenho visto dos meus colegas é que eles entregam a mesma atividade para que as cuidadoras trabalhem com o aluno portador de necessidades especiais fora da



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

sala ou então, a cuidadora permanece na sala trabalhando uma atividade que não é a que está sendo trabalhada com os outros alunos (PEA3).

Mrech (1998, p. 37) afirma que a inclusão “é perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes”. Voivodic (2004, p. 25) complementa afirmando que a “inclusão é a colocação de todos os alunos, independentes do grau e tipo de incapacidade, na classe regular, com a eliminação dos serviços de apoio de ensino especial”.

Observa-se também, que os conceitos de inclusão dos entrevistados aproximam-se dos citados na literatura. Afirmam que inclusão é educar juntas todas as crianças, independentes de sua deficiência para que possam desenvolver suas potencialidades. A escola precisa esquecer a ideia de que o aluno tem que adaptar-se a ela. Os professores entrevistados concordam que algumas das dificuldades de inclusão seriam dentre outras, forma de comunicação, o número de alunos, a falta de capacitação, a falta de material, a necessidade de cumprir o calendário, aceitação. “Na escola regular e na especializada a sala é heterogênea, cada criança é diferente. O Down tem suas limitações, como as outras crianças normais também têm. Cada um tem sua forma de aprender. Têm alunos que aprendem corrido, outros, aprendem mais lento, outros precisam do visual, do auditivo, outros aprendem escrevendo. Cada ser humano é impar, o professor tem que trabalhar em cima de suas limitações” (PEC4).

A linguagem, segundo Schwartzman (2004), é a área na qual a criança com SD demonstra os maiores atrasos. Ela começa a emitir as primeiras palavras por volta dos dezoito meses e pode compreender bem mais do que emitir. Apesar dessas dificuldades, as pessoas com SD fazem uso funcional da linguagem e compreendem as regras utilizadas na conversação, porém, as habilidades comunicativas são bastante variáveis entre elas.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Ao serem questionados sobre o grau de aceitação do aluno com SD em suas respectivas classes de ensino os entrevistados da rede especializada afirmaram que eles são capacitados e estão preparados para receber, desenvolver e respeitar as limitações de seus alunos. Já os professores da rede regular, responderam que aceitam os alunos portadores de necessidades especiais, mas que a escola não tem estrutura adequada e que o próprio sistema educacional não oferece condições para este tipo de atendimento. “Eu aceito dar aulas para alunos portadores de deficiências, só não me sinto capacitada e muito menos a escola esta preparada para tal aceitação, pois a escola não tem a estrutura que eles necessitam” (PR1).

Sabe-se que a proposta de educação para todos tem suscitado debates quanto à formação do professor. É necessário que o educador veja a diferença como um desafio para buscar novos conhecimentos teóricos que lhe dê embasamento de como atuar no aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais (MANTOAN, 1999). Ambos os professores entrevistados concordaram que as vantagens de inclusão são mútuas. “Na verdade eu acredito que todos devem sair ganhando, pois os próprios coleguinhas vão aprender que são diferentes e aprendem a ser mais humanos com o próximo acabando com o preconceito” (PR2).

Os professores da rede especializada afirmaram trabalhar as dificuldades de cada um, e que para isso utilizam o lúdico, teatro, dança e desenvolvimento do tato. Já os professores da rede regular afirmaram que é difícil trabalhar da mesma forma com o restante da turma justificando que o nível cognitivo é diferente e que a escola não disponibiliza recursos didáticos. “Eu utilizo brincadeiras com auxílio matemático para que todos possam participar” (PEC3). “É difícil trabalhar o mesmo assunto com todos igualmente, além disso, a escola não disponibiliza os recursos necessários para se trabalhar com todos, porém eu sempre leio textos e



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

faço brincadeiras com meus alunos, e acho que nesses momentos eles podem participar (PR2).

Observou-se que os entrevistados buscam alternativas que garantam o acesso e a permanência desse aluno no espaço escolar. Todavia, verifica-se que a escola especializada dispõe de recursos mais adequados. Caberia, portanto, um maior entrosamento entre as duas instituições. Entretanto os educadores estão aprendendo a conviver com o diferente e já estão percebendo seus alunos com capacidade de aprendizado. “Eu acredito no que eu faço. Eles tem as limitações deles, mais possuem a capacidade de aprendizado. E nós não estamos aqui para ensinar e sim para aprender pois aprendemos muito com eles” (PEC2).

As entrevistas indicam avanços no desempenho dos alunos com SD que convivem com outras crianças. “Eu tenho um aluno que quando ele chegou aqui, ficava no canto da sala, não participava, era agressivo. Hoje ele já se interage no grupo, chama os outros colegas para brincar. Eles se desenvolvem, o papel do professor é muito importante” (PEC3).

Segundo os docentes a criança portadora de SD possui a mesma possibilidade, a mesma capacidade que o aluno normal. Elas precisam de apoio, para desenvolver suas capacidades, justificando assim a necessidade da interação dessa criança com o meio social. “Eles podem desenvolver qualquer potencialidade. Depende do meio social, de ser trabalhada desde pequeno, por isso a necessidade do apoio de uma equipe multidisciplinar como fonoaudiólogo, psicólogo, fisioterapeuta” (PEC1).

De acordo com as entrevistas, torna-se claro a complexidade e as potencialidades da educação da criança com SD. Os autores citados evidenciam os ganhos sociais e cognitivos que uma educação não segregada propicia. Porém a inclusão nas escolas regulares requerem mudanças metodológicas e estruturais

que devem ser implementadas por políticas públicas garantindo assim o direito a inclusão.

CONCLUSÕES

Verificamos que a inclusão representa muito mais do que criar condições para os alunos com necessidades educativas especiais, é um desafio que implica no reconhecimento da sociedade como um todo para melhor aceitação e respeito às diferenças. Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte a escola, mas que esta se transforme de modo a possibilitar a inserção. O que se percebe nesta pesquisa é a falta de preparação dos professores da rede regular, sendo necessária uma mudança estrutural para que a inclusão se efetue de forma efetiva e satisfatória. Os resultados apontam que esses educadores da rede regular possuem uma visão inconsciente e restrita sobre o tema, ao contrário dos professores da rede especializada que são preparados para trabalhar com seus alunos.

A pesquisa sobre a inclusão de crianças com SD em classes comuns de escolas regulares evidenciou o desafio da dimensão social. A inclusão é vista como mudança de paradigmas sociais, da forma de ver a deficiência, o que exige modificações profundas no sistema de ensino para que possa proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças. Ao analisar os resultados entendemos que a inclusão é um processo gradativo que deve adaptar-se às condições reais que se apresentam. As escolas apesar de aceitarem a criança com deficiência, não estão preparadas para propiciar condições necessárias para que ela tenha um desenvolvimento adequado. É necessário apoio ao professor e a escola, favorecendo uma educação de qualidade para todos.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A inadequação do currículo adotado pelas escolas dificulta a participação da criança. As mudanças curriculares devem ocorrer e favorecerá todos os alunos ao propiciar uma educação de qualidade. A inclusão é um desafio para a escola. Através dela os profissionais estão sendo pressionados a abandonarem velhas práticas e as substituírem por novas que levem a construção do conhecimento. Isso exige que os professores se qualifiquem priorizando a aprendizagem. Diante disso é necessário compreender que a educação inclusiva não é um ideal ao qual deve-se chegar um dia, mas um processo que já se encontra em andamento e cujo fim não existe.

REFERÊNCIAS

- BRUNONI, D. Aspectos epidemiológicos e genéticos. In: VOIVODIC, M. A. Inclusão escolar de Crianças com Síndrome de Down. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- CORREIA, L. M.; CABRAL, M. C. M. Práticas tradicionais de colocação do aluno com necessidades educativas especiais. In: CORREIA, L. M. (Org). Alunos com necessidades educacionais na classe comum. Portugal. Porto, 1997.
- CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- DUARTE, A. C. S.; PÊPE, A. M. Educação Inclusiva: O que é? Por quê? Para quê? Como? In: TEIXEIRA, P. M. M. (Org). Temas emergentes em educação científica. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2003.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- JUPP, K. Viver Plenamente: Convivendo com as Dificuldades de Aprendizagem. Trad. Lucia H. Reily. Campinas, SP. Papiros, 1998.
- MANTOAN, M. T. E. Todas as crianças são bem vindas à escola. São Paulo: Unicamp, 1999.
- MRECH, L. M. O que é Educação Inclusiva? Revista Integração, n. 8, 1998, p. 37-40. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial.
- PUECHEL, S. Síndrome de Down. Guia para pais e educadores. Campinas, SP. Papiros, 1993.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

SASSAKI, R. K. *Inclusão Constituindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SANTOS, M. P. *A Inclusão da criança com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro: Instituto Phillipe Pinel/PUC/UFRJ, 2002.

SCHAFFNER, C. B; BUSWELL, B. E. Dez elementos críticos para a criação de comunidades de ensino inclusivo e eficaz. In: *Um Guia para Educadores*. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999.

SCHWARTZMAN, J. S. Integração: Do que e de quem estamos falando? In: VOIVODIC, M. A. *Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão. Um Guia para Educadores*. Tradução. Magda França Lopes. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999.

VOIVODIC, M. A. *Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.